

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: (IM)POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS NO CONTEXTO ATUAL

Maria Zuleide da Costa Pereira¹

Em tempos nem tão recentes recebi um convite para participar de um Seminário sobre 'Educação e Diversidade Cultural'. Aceitei e, ao mesmo tempo, fiquei muito feliz, por estar compartilhando uma ação de cidadania tão relevante para o mundo atual, por estar vinculada às questões de raça/etnia/cultura, classe social, religiosidade e gênero. Por outro lado, a alegria extravasava mais ainda, por saber que João Pessoa estava implantando em tempo, naquele momento, a Coordenadoria de Políticas das Mulheres e outras questões que se originam e são atravessadas por elas. Diante desse fato, muitas inquietações e reflexões povoaram a minha mente, e comecei a pensar na minha palestra, no que eu iria relevar nesta fala organizada pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa sobre educação e diversidade cultural, com ênfase nas Políticas das Mulheres, em particular, nas questões focadas no gênero.

Ao começar a construir minha palestra, dei destaque, em meu texto, há algumas palavras que eu não gostaria de esquecer jamais, ou seja, a necessidade de se pensar a inserção da diversidade cultural na educação como uma grande conquista, que possibilitaria, não só naquele momento, mas também no futuro, a realização de mais ações afirmativas e efetivas disponibilizadas a outros grupos sociais minoritários, no âmbito da educação, da escola e do currículo, as quais se articulariam em uma rede de conexões e de debates profícuos, contínuos e vigorosos, para que a temática em pauta fosse um assunto de repercussão e de grandes debates, propostas e avanços para mulheres e homens da cidade de João Pessoa e além dela.

Nessa palestra dei ênfase à discursividade sobre as Políticas das Mulheres, singularizando as questões de gênero na escola. Para isso, utilizei o currículo como espaço privilegiado para focar essas questões, ao afirmar que "currículo é expressão da vida", porque nele está contida a forma como os sujeitos (homens e mulheres) que estão inseridos na escola vivem. Nesse viver, inúmeras questões macro sociais devem ser refletidas por todos e todas que fazem a escola, a exemplo destas: Quais os conflitos advindos das mais diferentes formas de preconceitos que são vividos no espaço cotidiano das escolas em geral e, em particular, das escolas públicas? Como se constroem na escola as relações sociais diversas, em particular, as relações de gênero? Como o poder faz a articulação dessas relações sociais sobre a diversidade cultural com a comunidade em geral? Quais as leituras que os (as) profissionais da educação fazem das múltiplas relações sociais vividas no espaço da educação, da escola e do currículo, em sociedades tão conflituosas e preconceituosas como as atuais?

Para que essas indagações possam ser respondidas, no espaço cotidiano da escola, tanto por homens como por mulheres, precisamos conscientizá-los(as) de que todo o processo de criação, (re)criação e vivências presentes nos currículos escolares refletem as singularidades da cultura vivida nos vários espaços sociais. Com isso, eu quis dizer que todos os sujeitos da escola incorporam crenças, valores, hábitos de vida, práticas educativas, mesmo quando essas práticas sociais são interceptadas por currículos com caráter discriminatório, em parte, tanto por alguns conteúdos quanto pela forma de alguns docentes expô-los em sala de aula.

¹ Profa. Dra. Maria Zuleide da Costa Pereira, Associada I, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: mzul@uol.com.br

Combater essas formas de preconceitos, desigualdades, exclusões e diferenças que são geradas nas diversas ambiências sociais, inclusive na escola, são desafios dos docentes preocupados com as desigualdades e preconceitos que insistem em constranger e desrespeitar cidadãos e cidadãs do XXI.

Por que estamos questionando essas relações entre homens e mulheres nos diferentes espaços sociais, particularmente, na escola? As razões são muitas, entre elas, a necessidade de novas (re)organizações dos movimentos sociais nas sociedades atuais. Eles, através de uma atuação mais efetiva, precisam contribuir de forma mais efetiva e articulada com a minimização de preconceitos, das desigualdades e da violência em suas diferentes faces, sobretudo, aquelas que trazem marcas fixas nos corpos, nas mentes e nas vidas de homens e mulheres.

Os desafios decorrentes das diferentes formas de preconceitos e de violência entre classes, sexos, gênero, raças/etnias, religiosidades desses sujeitos precisam ser respeitados na sociedade. Por essa razão, a educação, através da escola, dos currículos escolares e extraescolares podem orientar a comunidade escolar a promover ações que, gradativamente, minimizem formas de violência contra o jeito de ser de cada sujeito diante dessa diversidade de culturas. Esse despertar para o enfrentamento desses preconceitos não surgiu de repente. A democracia, como regime político no Brasil, recentemente, contribuiu para que esses cidadãos e cidadãs cumprissem seus deveres e reivindicassem também seus direitos.

O cenário atual vem sendo construído e reconstruído, e muitas conquistas sociais através de políticas afirmativas foram e estão sendo implantadas e implementadas. Essas conquistas, gradativamente, vão se fortalecendo contra as ações preconceituosas, não só da cultura do povo do Brasil, mas também dos povos do mundo. E é nesse espaço mais democrático que os movimentos sociais buscam a equidade de oportunidades para homens e mulheres na educação, no trabalho, na família etc.

Nesse contexto, o papel da educação e do currículo escolar na sua cotidianidade constitui-se um espaço importante para que esse objetivo seja trabalhado. Os educadores e as educadoras têm um papel crucial no encaminhamento dessas questões, no âmbito da escola através dos currículos escolares. E, para que isso aconteça continuamente, é necessário que estejamos atentos(as) a essas ações afirmativas, uma vez que não há uma única forma de olhar o outro, porque ele não é único. Há, na sociedade, uma pluralidade de olhares, para que possamos ver os outros como diferentes de nós. Cada um tem sua singularidade, cada um é outro. Os caminhos para essa pluralidade de ver o outro é diverso, tão diverso que o objetivo e o desafio da escola é árduo, ou seja, lutar por uma educação inclusiva, com equidade, cidadania e justiça social para todos e todas. Esse objetivo inalcançável, mas necessário e repleto de alternativas parciais minimizadoras de mudanças no comportamento do povo em relação às diferenças.

Este volume da revista 'Espaço do Currículo' (v.4, n.1) retrata como os vínculos entre educação, currículo e diversidade cultural podem construir um modo diferente de viver nas sociedades do século XXI. Em cada texto, em cada pesquisa, em cada resenha há uma diferença que contribui para garantir a individualidade do outro como outro, pelo menos é isso que estamos grifando. Os preconceitos somados à questão da violência contra mulheres e homens, bem como outras formas de violência, refutamos como abomináveis. E, sem dúvida, precisamos agir através de outros mecanismos, entre eles, a educação, a escola e os currículos escolares, que, com a implantação de ações afirmativas, podem, lentamente, desde a mais tenra infância, com a ajuda da educação familiar, ir modificando esse cenário de conflito.

Se você concorda com o editorial dessa revista, leia, discuta com seus pares e comece a combater a violência que oprime e mata tantos inocentes, que nem tiveram tempo de viver para usufruir de seus direitos e de seus deveres de cidadãos e cidadãs do Brasil.

Maria Zuleide da Costa Pereira
Editora